



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO CPJ n. 2/2024

Concede o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores, edição 2023, aos Promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Marília Cerqueira Lima e Viviane Karla da Silva Farias.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da Resolução CPJ n. 28/2023, bem como do art. 8º, inciso VI, do seu Regimento Interno, ao considerar:

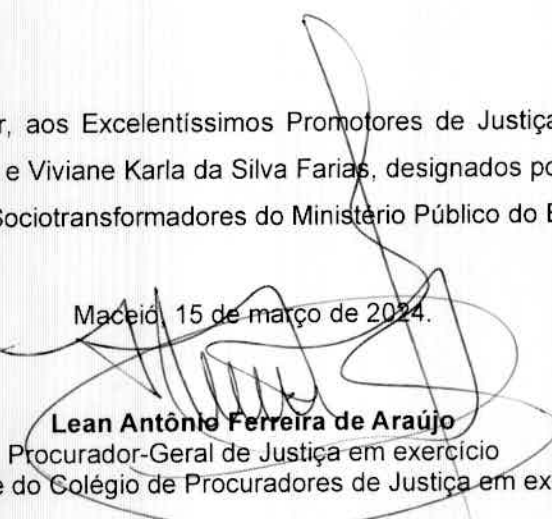
I – Que a Resolução CPJ nº 28/2023 instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores", conferido a membro do Ministério Público alagoano que desenvolva ações capazes de trazer transformações positivas para a sociedade;

II – A deliberação realizada pelo colegiado em sua 1ª Reunião Ordinária de 2024, que elegeu as seguintes boas práticas: Sede de Aprender Brasil; Articulação da 4ª PJ de Santana do Ipanema e o SENAC para Oferta de Cursos Profissionalizantes às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e em Situação de Vulnerabilidade Social e Promoção da Efetividade de Direito Fundamental à Aprendizagem e à Profissionalização para o/a Adolescente em Conflito com a Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos Excelentíssimos Promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Marília Cerqueira Lima e Viviane Karla da Silva Farias, designados por ordem alfabética, o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores do Ministério Público do Estado de Alagoas

Maceió, 15 de março de 2024.


Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça em exercício
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça em exercício



vista o contido no Proc. SAJMP n. 02.2024.00001999-0, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, nos Autos 0708114-13.2024.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 215, DE 15 DE MARÇO DE 2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJMP n. 02.2024.00001979-0, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a 3ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, nos Autos 0745843-10.2023.8.02.0001 e 0745936-70.2023.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 15 dia(s) do mês de março o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2024.00002298-4
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região - MACEIÓ
Natureza: Expedição Eletrônica de Documentos IC 001168.2023.19.000/2
Assunto: OFÍCIO n.º 14525.2024
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00002321-7
Interessado: 5º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: AHAC. PIC 1.11.000.000658/2018-10. Ofício SAJ n. 0061/2024/PROCG - GAB.PGJ.MPE/AL (PR-AL-00004839/2024). 02.2024.00001128-7
Assunto: Ofício nº 035/2024
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2024.00002336-1
Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Natureza: Comunica aparente irregularidade em registro imobiliário.
Assunto: OFÍCIO Nº 16525/2024/SR(AL)/F/SR(AL)/INCRA-INCRA
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Colégio de Procuradores de Justiça

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 2/2024

Concede o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores, edição 2023, aos Promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Marília Cerqueira Lima e



Viviane Karla da Silva Farias.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos da Resolução CPJ n. 28/2023, bem como do art. 8º, inciso VI, do seu Regimento Interno, ao considerar:

I – Que a Resolução CPJ nº 28/2023 instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores", conferido a membro do Ministério Público alagoano que desenvolva ações capazes de trazer transformações positivas para a sociedade;

II – A deliberação realizada pelo colegiado em sua 1ª Reunião Ordinária de 2024, que elegeu as seguintes boas práticas: Sede de Aprender Brasil; Articulação da 4ª PJ de Santana do Ipanema e o SENAC para Oferta de Cursos Profissionalizantes às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e em Situação de Vulnerabilidade Social e Promoção da Efetividade de Direito Fundamental à Aprendizagem e à Profissionalização para o/a Adolescente em Conflito com a Lei.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos Excelentíssimos Promotores de Justiça Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Marília Cerqueira Lima e Viviane Karla da Silva Farias, designados por ordem alfabética, o Prêmio Boas Práticas Com Resultados Sociotransformadores do Ministério Público do Estado de Alagoas

Maceió, 15 de março de 2024.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça em exercício
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça em exercício

RESOLUÇÃO CPJ n. 3/2024

Altera as atribuições da 1ª e da 3ª Promotorias de Justiça de Santana do Ipanema.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, por maioria absoluta, nos termos do art. 8º, incisos XI e XII, do seu Regimento Interno, ao CONSIDERAR:

I – o art. 128, § 5º, da Constituição Federal, que reserva à lei complementar estadual o estabelecimento da organização, das atribuições e do estatuto de cada Ministério Público;

II – o disposto no art. 23, § 2º e § 3º, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), em absoluta consonância com o estatuido pelo art. 21, § 2º e § 3º, da Lei Complementar Estadual n. 15/96 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas) que determinam a fixação, a exclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que as integram mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º As atribuições da 1ª e da 3ª Promotorias de Justiça de Santana do Ipanema passam a ser as definidas no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica derogada a Resolução CPJ nº 6/2017, no que for contrário ao disposto nesta Resolução

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 15 de março de 2024.

Lean Antônio Ferreira de Araújo